



ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCA

1
2 Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e doze, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório da
3 AGERBA, teve início a 9ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental – CCA, conduzida
4 pela Sra. Tatiany de Andrade Oliveira, suplente da presidência. Estiveram presentes os seguintes membros:
5 Elba Alves da Silva, representante da Diretoria de Políticas e Planejamento Ambiental – DIPPA; Cristiana
6 Sousa Vieira, representante suplente da Superintendência de Estudos de Pesquisas Ambientais – SEP; Ruy
7 Couto Tourinho, representante suplente da Coordenação de Ações Estratégicas – COAES; Anna Verônica
8 Szabo e Marcelo Almeida Senhorinho, representantes titular e suplente, respectivamente, do Instituto de
9 Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA; José Augusto Saraiva Peixoto, representante suplente do
10 Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM; e Leila Márcia Souza Oliveira, representante suplente,
11 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH; presentes, o Consultor Boris Alexandre Cesar e
12 convidados. Constaram da Pauta: 1) Leitura da Ata da 8ª reunião da CCA; 2) Apresentação e Apreciação:
13 Consolidação e Territorial e Programa de Regularização Fundiária em UC 3) Apreciação: Escolha de
14 membro da CCA para o GT de Metodologia e Regimento Interno; 4) Informes: TCCA firmados e
15 andamentos das atividades; 5) O que ocorrer. Após apresentação da pauta, a Sra. Leila Oliveira disse que
16 não conseguiu abrir o arquivo Ata da 8ª reunião enviado por email, por este motivo pediu o adiamento da
17 aprovação da Ata; Ficou consensuado entre os membros a aprovação na próxima reunião. A Sra. Tatiany
18 falou sobre o Termo de Referência para contratação de uma empresa para elaboração da metodologia de
19 gradação do impacto da Compensação Ambiental, explicou que já foi encaminhado para o Projeto
20 Corredores Ecológicos e está aguardando a não objeção da Unidade Gerenciadora do Projeto que realizará a
21 licitação e contratação. Foram escolhidos como representantes desse GT, o Sr. José Augusto Saraiva
22 Peixoto, representante do CEPRAM e a Sra. Leila Márcia Souza Oliveira representante do CONERH. A
23 Sra. Tatiany comentou sobre a proposta de alteração do Regimento Interno da Câmara de Compensação
24 Ambiental, na sua composição e atribuições, considerando a modificação na estrutura organizacional da
25 Secretaria de Meio Ambiente pela Lei Estadual nº 12.212 de 04 de Maio de 2011 e a alteração da Lei
26 10.431/2006 pela Lei nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011, ficou definido para próxima reunião uma
27 discussão sobre as possíveis alterações do RI e a proposta de ampliar a participação na CCA inserindo a
28 representação dos Municípios, do decreto regulamentador da Lei 10.431/2006. O Sr. Boris Alexandre
29 palestrou sobre “Câmara de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária de Unidades de
30 Conservação, destacou aspectos importantes no cenário atual como: políticas voltadas para a conservação
31 da biodiversidade, o aumento de áreas protegidas mediante a criação de novas Unidades de Conservação,
32 Acordos Internacionais voltados para a conservação da biodiversidade, dentre eles o firmado na
33 “Convenção de Nagoya” e enfatizou que não basta firmar acordos de ampliação de área protegida, elas
34 devem ser bem geridas, consolidadas e implantadas. A apresentação abordou sobre o Sistema Nacional de
35 Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que define a Regularização Fundiária das UC's como
36 prioridade absoluta para a destinação de recursos de Compensação Ambiental, e os fatores que dificultam a
37 promoção da regularização fundiária mesmo com recursos disponíveis como: a complexidade da questão
38 fundiária no Brasil, o baixo conhecimento sobre as unidades de conservação, o foco exclusivo e limitado na
39 compra de terras, a ausência de marco jurídico e regulatório, a falta de capacidade operacional dos órgãos
40 gestores das unidades de conservação, os fluxos indefinidos e com baixo nível de comprometimento e as
41 diversas interpretações nos setores governamentais para Regularização Fundiária; falou sobre o conceito de
42 “Consolidação Territorial de Unidades de Conservação” e apresentou a proposta do Programa Estadual,
43 detalhando as ações estruturantes, ações meio e ações finalísticas; disse que, quando se fala do universo das

ASlin

Leila Márcia Souza Oliveira

peix

Boris

ações de regularização fundiária, trata-se dos parques, e estações ecológicas na Bahia, porém quando se fala em consolidação territorial o universo passa a ser o conjunto de todas as unidades de conservação; discorreu sobre o Termo de Referência para contratação de serviços especializados para elaboração do Marco Regulatório, contratação de serviços especializados para fortalecimento institucional do Núcleo de Regularização Fundiária e contratação de serviços especializados para trabalhos técnicos de Instrução Processual e demais ações para a Consolidação Territorial em sete UC's, parte integrante do Programa Consolidação Territorial de Unidades de Conservação – PCTU; finalizou falando dos desafios e propostas da Compensação Ambiental para definição e adoção de critérios e procedimentos para melhor aplicação do recurso. O Sr. José Saraiva questionou se existia verba para fiscalização. O Sr. Boris Alexandre elucidou que não é papel da Câmara financiar compra de materiais, que é importante estruturarem programas de Proteção e Fiscalização, disse que em São Paulo, por exemplo, a tendência é evitar financiar UC's que ainda não tem plano de manejo, mesmo assim, algumas ações são efetivadas nessas áreas, como: Regularização Fundiária, Programa de Proteção e Fiscalização, contratando serviços terceirizados de vigilância, proteção, construção de guaritas e bases de proteção integrada. A Sra. Leila Oliveira ponderou sobre a priorização da Regularização Fundiária, assim como a questão da conservação, que são elementos considerados quando se prioriza um recurso para determinada Unidades de Conservação, dessa forma, só pode discutir novos TR's depois de elencar as UC's e os recursos. A Sra. Tatiany Andrade esclareceu que, por enquanto, o que existe é uma proposta de ação, um planejamento macro; disse também que o INEMA vai lançar o Programa de Consolidação Territorial das Unidades de Conservação, que os critérios de priorização estão focados nas diretrizes, através de uma normatização que deverá ser construída, que é a Diretoria de Unidades de Conservação – DIRUC, quem vai planejar e determinar as ações, com fundamento em informações levantadas de cada UC. A Sra. Leila Oliveira falou que quando a Câmara definir priorizar Regularização Fundiária, ainda assim, o recurso seria aplicado na área onde houver maior pressão. O Sr. Boris Alexandre argumentou que atualmente existe um grande desvio de objetivo, um equívoco, onde executam os processos na ordem de montagem, e não na ordem de prioridade; destacou que na elaboração do plano de “Consolidação Territorial”, por exemplo, devem-se contemplar os critérios de prioridades. A Sra. Tatiany Andrade deu continuidade a pauta com os informes. Falou sobre o andamento das atividades do GT da metodologia da gradação, do GT da Regularização Fundiária e as ações em execução: revisão do plano de manejo APA Joanes/Ipitanga, a destinação do recurso da Foz do Jaguaribe para o Parques Metropolitanos de Pituacu e Abaeté, a entrega do 3º produto e a finalização da execução da Compensação Ambiental, a assinatura do Termo de Compromisso com a Petróleo Brasileiro S/A, Terminal de Regaseificação da Bahia – TRBA, publicado no Diário Oficial dia 29 de Fevereiro de 2012, com valor de R\$ 5.247.100,00 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil e cem reais), aguardando proposição de destinação. A Sra. Leila Oliveira questionou sobre o estudo de lançamento de efluentes na bacia da APA Joanes/Ipitanga. A Sra. Tatiany Andrade explicou que essa é uma ação que não pode ser feita com recurso da Compensação Ambiental, lembrou que essa foi uma questão levantada e esclarecida na 7ª reunião; disse que a Câmara pode fazer um encaminhamento e provocar as diretorias responsáveis pela fiscalização e dispensa de outorga. A Sra. Leila Oliveira interrogou se é impeditiva a destinação de parte do recurso da CA para APA, pois esperar que exista verba para fazer um levantamento desse porte numa APA, através dos recursos do INEMA, é trabalhar em ações dentro da APA e não necessariamente resolver o problema da APA, que é a poluição do Rio por lançamentos de efluentes; concluiu dizendo que se não houver impedimento jurídico, esse é o caminho mais rápido para solucionar esse problema. O Sr. Marcelo Senhorinho questionou sobre como seria operacionalização da fiscalização e argumentou que a fiscalização não pode ser feita por contratação de terceiros, porque é atribuição específica do órgão público. A Sra. Leila Oliveira enfatizou que não seria fiscalização, mas sim, um levantamento e sugeriu fazer uma consulta jurídica. A Sra. Tatiany continuou os informes sobre o processo da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A – TAESA, Linha de Transmissão 500 KV Camaçari II, o valor informado dos custos de

Relat

AB

Relat

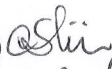
sem solicitação.

91 implantação de R\$ 55.217.252,42 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e
92 cinquenta de dois reais e quarenta e dois centavos), em processo de análise dispêndios ambientais e por
93 final, Bahia Mineração, Complexo Minerário Pedra de Ferro, o valor informado dos custos de implantação
94 de R\$ 1.552.299.971,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil,
95 novecentos e setenta e um reais), aguardando agenda para definição do valor da compensação. A Sra. Leila
96 Oliveira questionou sobre a reação das empresas quanto à aplicação do 0,5% (meio por cento). A Sra.
97 Tatiany Andrade explicou que a dificuldade tem sido da apresentação da planilha de custos e dispêndios,
98 conforme Decreto Federal nº 6.848/2009 e a Resolução CONAMA nº 371/2006, completou dizendo que
99 está aguardando da DIRRE a avaliação das planilhas modelo, elaboradas de acordo com cada tipologia e
100 que farão parte dos documentos necessários para abertura dos processos de Licença de Implantação no
101 ATEND; falou também sobre o Edital de Educação Ambiental nº 001/2012 do Fundo Estadual de Recursos
102 para o Meio Ambiente – FERFA, as cidades onde foram realizadas as oficinas de mobilização do Edital nº
103 001/2012 de chamamento público para seleção de projeto de Educação Ambiental, a aprovação dos planos
104 de aplicação de recursos FERFA e FERHBA para 2012; e informou sobre a publicação dos documentos da
105 Câmara de Compensação no site da SEMA. Às dezessete horas a reunião foi encerrada pela Suplente da
106 Presidência da Câmara de Compensação Ambiental, Tatiany de Andrade Oliveira. Eu, Horácio Leal
107 Miranda, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos membros presentes na reunião:

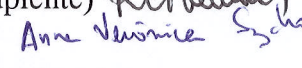
108 Membros:

109 Tatiany de Andrade Oliveira – Suplente da Presidência 

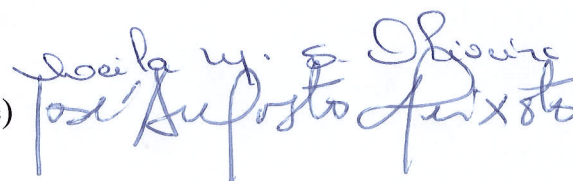
110 Elba Alves da Silva – DIPPA/SEMA (Titular)

111 Cristiana Sousa Vieira – SEP/SEMA (Suplente) 

112 Ruy Couto Tourinho – COAES/SEMA (Suplente) 

113 Anna Verônica Szabo – INEMA (Titular) 

114 Marcelo Almeida Senhorinho – INEMA (Suplente)

115 Leila Márcia Souza Oliveira – CONERH (Suplente) 

116 José Augusto Saraiva Peixoto – CEPRAM (Suplente) 